

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

GT 21: O ensino de Sociologia no Novo Ensino Médio

Elementos para pensar o novo ensino médio. A oferta do ensino médio pela rede pública estadual do Rio de Janeiro entre 2009 e 2019: dados sobre alunos, escolas, fluxo escolar e professores de Sociologia

Gustavo Cravo de Azevedo

Belém, Pará

2023

ELEMENTOS PARA PENSAR O NOVO ENSINO MÉDIO. A OFERTA DO ENSINO MÉDIO PELA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO ENTRE 2009 E 2019: DADOS SOBRE ALUNOS, ESCOLAS, FLUXO ESCOLAR E PROFESSORES DE SOCIOLOGIA

Gustavo Cravo de Azevedo ¹

RESUMO

O novo ensino médio, atualmente em vigência nas escolas do país, foi aprovado no governo Michel Temer e mobilizou, para a aprovação, o discurso de urgência, de abandono imediato do modelo anterior que ‘não serve mais’. O ensino médio é uma etapa cursada por milhões de brasileiros e é decisivo para nossa juventude. A partir de dados do Censo Escolar iremos apresentar em dados como se comportou a rede pública estadual do Rio de Janeiro em comparação com dados nacionais entre 2009 e 2019. Apesar dos resultados preocupantes e que mostram que os estudantes de escola pública do Rio de Janeiro são usuários de uma rede pública pior do que boa parte das redes de outros estados do país, chegamos a quase 100% dos jovens de 15 a 17 anos dentro da escola em 2019, nacionalmente e localmente, um bom resultado e uma novidade. A Sociologia lidera a inadequação entre quem se forma e quem leciona na mesma área de atuação. A rede pública do Rio de Janeiro, sem respeitar a lei do Piso Nacional dos Professores, e cada vez mais recrutando de forma precária através de contratos ao invés de concursos públicos com vagas efetivas, tampouco tem ajudado a reverter essa situação.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, SEEDUC-RJ, Ensino Médio, Ensino de Sociologia

INTRODUÇÃO²

Meu escopo nesse trabalho é observar a rede pública estadual do Rio de Janeiro. A justificativa é que esta rede possui mais de 75% dos alunos, ou seja, é a escola da maioria (INEP, 2020b). A rede privada, neste caso, é um adendo à rede pública, sendo uma rede complementar. A rede pública estadual é uma rede única, e as escolas privadas não formam uma rede. Elas são muito diferentes entre si, enquanto as escolas públicas estaduais são mais parecidas entre si, facilitando uma comparação entre as últimas. A rede pública federal é pequena, embora tenha aumentado um pouco com a expansão dos institutos federais a partir de 2003, e tem as suas especificidades (GOUVEIA, 2016).

¹ Doutor em Ciências Sociais pela PUC-Rio, Técnico em Assuntos Educacionais da UFRJ, Branco, Masculino, Rio de Janeiro/RJ, gustavo_cravo@hotmail.com.

² O texto compõe parte da tese “Dez anos de Sociologia no ensino médio no estado do Rio de Janeiro: um olhar a partir do pacto federativo”. A tese foi defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da PUC-Rio em fevereiro de 2022 e foi orientada pelo Prof. Ricardo Ismael.

A Sociologia é a disciplina escolar que lidera, no Brasil, os dados de inadequação entre a formação de professores que lecionam no ensino médio. A situação em 2020 no estado do Rio de Janeiro é melhor do que a média nacional em relação à formação específica em licenciatura em Ciências Sociais. Em ambas as situações, menos da metade dos profissionais tem a formação adequada. No texto, iremos demonstrar também que os salários estão abaixo da média nacional, inclusive desrespeitando a lei do piso salarial de professores da educação básica. A rede pública estado do Rio de Janeiro possui como uma característica positiva o grande número de professores concursados, contrastando com outros estados onde é mais comum recrutar docentes por meio de contratos temporários e sem estabilidade.

Uma das justificativas deste texto é investigar um tema que é do interesse de milhões de jovens brasileiros que cumprem o ensino médio, que, até 2017, foi tomando a cara de ser um direito para todos os cidadãos e cidadãs deste país. Nossa população passa a ter direito a pelo menos 11 anos de escolarização após a aprovação da Emenda Constitucional n. 59/2009 (BRASIL, 2009). É um marco histórico de direitos sociais que todos os jovens desse país venham a cursar o ensino médio e é também uma mudança de caráter democrático e civilizatório. A sociologia retorna obrigatoriamente ao ensino médio neste contexto e vem somar com a formação do estudante com os outros componentes curriculares.

A REDE PÚBLICA ESTADUAL DE ENSINO MÉDIO DO RIO DE JANEIRO: ALGUNS DADOS PARA A ANÁLISE

Em 2020, foram registradas 600.032 matrículas no ensino médio no Rio de Janeiro, consideradas todas as esferas administrativas e todas as modalidades (INEP, 2020b). Na modalidade Educação e Jovens e Adultos (EJA), o estado do Rio de Janeiro oferta uma quantidade significativa de vagas, bem como há outras modalidades com menor expressão de oferta de vagas também. No ensino regular, a rede estadual possui a maior participação na matrícula do ensino médio, com 76,5% das matrículas, seguida pela rede privada, com 19,4%.

Dados do Censo Escolar (INEP, 2020a) trazem que, no Brasil, as redes estaduais oferecem 84,1% das vagas no ensino médio. Ou seja, a rede pública estadual do Rio de Janeiro oferece um número menor. A rede pública federal no Rio de Janeiro oferece 3,5% das vagas, ligeiramente acima da média nacional, de 3,1%. O que significa que a rede privada no estado tem uma presença maior, de 19,4%, do que a média nacional, 12,3%, absorvendo no Rio de Janeiro parte significativa das vagas (INEP, 2020a, 2020b). A distribuição, considerando matrículas urbanas e rurais, ou seja, o total de matrículas, está assim (Tabela 1):



Tabela 1 — Distribuição de matrículas no ensino médio no Rio de Janeiro 2020

Esfera	Percentual	Matrículas
Estadual	76,5%	458.805
Privada	19,4%	116.426
Federal	3,5%	21.264
Municipal	0,6%	3.537
Total	100%	600.032

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2020b).

Tabela 2 — Total de matrículas no ensino médio por modalidades

Esfera	Matrículas
Regular	287.615
Profissional	176.046
EJA	129.128
Especial	7.243
Total	600.032

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2020b).

Chama a atenção a discrepância entre a distorção idade-série entre a rede estadual e a rede privada, as maiores ofertantes de matrículas. Na primeira, o índice é de 41,7%, enquanto na segunda é de 11,1% (INEP, 2020b). Para o período entre 2009 e 2019, a distorção idade-série e também a taxa de reprovação são maiores no estado do que na média nacional³.



³ Tanto para o ensino médio na rede pública estadual do Rio de Janeiro quanto na média nacional de todas as redes públicas estaduais, a distorção idade-série é maior no primeiro ano do ensino médio e vai caindo gradativamente nos outros dois anos.

Tabela 3 — Distorção idade-série no ensino médio do RJ por dependência administrativa — percentual calculado sob o total de matrícula

Esfera	Percentual
Estadual	41,7%
Municipal	36,2%
Federal	28,4%
Privada	11,1%
Total	35,4%

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2020b).

Tabela 4 — Média da taxa de distorção idade-série nos três anos do ensino médio — redes públicas estaduais (ERJ e Brasil de 2010 a 2019)

Ano	Distorção ERJ	Distorção Brasil
2010	52%	38%
2011	49%	37%
2012	43%	35%
2013	39%	33%
2014	38%	32%
2015	36%	30%
2016	40%	31%
2017	40%	32%
2018	42%	32%
2019	41%	29%

Fonte: Dados do Censo Escolar organizados pelo site QEdu (INEP, 2020a)⁴.

Tabela 5 — Média da taxa de reprovação nos três anos do ensino médio — redes públicas estaduais (ERJ e

⁴ O site QEdu utiliza o INEP como fonte para produzir dados. Disponível em: <https://novo.qedu.org.br/sobre>. Acesso em: 20 dez. 2021

Brasil de 2010 a 2019)

Ano	Reprovação ERJ	Reprovação Brasil
2010	19,4%	13,5%
2011	19,1%	14,3%
2012	15,6%	13,2%
2013	13,1%	12,8%
2014	14,0%	13,2%
2015	13,5%	12,5%
2016	15,0%	13,1%
2017	14,3%	11,9%
2018	14,3%	11,5%
2019	12,5%	10,0%

Fonte: Dados do Censo Escolar organizados pelo site QEDu (INEP, 2020a).

Tabela 6 — Taxa de evasão no ensino médio ERJ e Brasil de 2010 a 2019

Ano	Taxa de Evasão — ERJ	Taxa de Evasão — Brasil
2010	15,7%	11,7%
2011	12,5%	10,9%
2012	9,7%	10,5%
2013	7,2%	9,3%
2014	7,1%	8,8%
2015	4,7%	7,9%
2016	8,9%	7,6%
2017	5,1%	7,0%
2018	5,4%	7,1%
2019	7,3%	5,5%

Fonte: Dados do Censo Escolar organizados pelo site QEDu (INEP, 2020a).

De um total de 129.128 vagas de matrículas na modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) no estado em 2020, a rede estadual concentrou 116.439, ou seja, quase a totalidade (INEP, 2020b). No estado do Rio de Janeiro, a rede estadual atende a 90,17% da EJA ensino médio; a média nacional para as redes estaduais é de 88,9% (INEP, 2020a); são valores aproximados. A rede particular nas duas situações atende a percentuais também

parecidos: 8% (nacional) e 8,2% (estadual). Ou seja, no caso da oferta de Educação de Jovens e Adultos, na qual o índice de distorção idade-série é muito maior que no ensino regular, a rede privada, ligeiramente maior no estado do Rio de Janeiro do que na média nacional, não acompanha a oferta dessa modalidade. Ela fica com a rede pública, praticamente. No país, as matrículas da educação profissional estão principalmente concentradas na rede estadual, representando 41,7% das matrículas, seguidas das redes privada e federal, com 38,0% e 18,6% (INEP, 2020a). Já no estado do Rio de Janeiro, a maior oferta dessa modalidade se dá pela rede privada com 57,1%, seguida das redes pública estadual e pública federal, com 29,3% e 12,9%.

Tabela 7 — Número de matrículas EJA ensino médio segundo a dependência administrativa (RJ, 2020)

Esfera	Matrículas
Estadual	116.439
Privada	10.570
Federal	1.455
Municipal	664
Total	129.128

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2020b).

Tabela 8 — Número de matrículas em educação profissionalizante segundo a dependência administrativa (ERJ, 2020)

Esfera	Matrículas
Estadual	51.591
Privada	100.561
Federal	22.705
Municipal	1.189
Total	176.046

Fonte: Censo Escolar (INEP, 2020b).

O Observatório do Plano Nacional de Educação (OPNE) mostra que o fluxo escolar no ensino médio está melhorando, o que é muito importante. A Educação de Jovens e Adultos segue sendo fundamental, e é preciso ter em conta que a proporção de jovens fora da escola cresce de acordo com a faixa etária. Segundo Ghanem (2010), entre 25 e 29 anos ela é bem maior que entre 15 e 17 anos e também que entre 18 e 24 anos. No estado do Rio de Janeiro, a EJA segue tendo um tamanho grande.

Segundo dados do OPNE (2020) há mais jovens na idade esperada cursando o ensino médio. Os dados trazem que 94,5% dos jovens de 15 a 17 anos estavam na escola em 2020 e que, destes, 74,5% estavam cursando o ensino médio (OPNE, 2020). Houve uma mudança de escala considerável no curto/médio prazo, no período dos últimos 20 anos, sobretudo nos últimos dez anos (OPNE, 2020). Dados de 2009 (IBGE, 2010) apresentavam que somente um em cada dois jovens de 15 a 17 anos cursava o ensino médio na idade correta no Rio de Janeiro. Melhoramos! É importante pensar: de qual camada social vieram esses alunos? Vieram de camadas mais pobres da população. Conforme Burgos (2014), a chegada da escola ao mundo popular é algo muito recente no Brasil. Há poucas décadas, a maior parte dos jovens brasileiros tinha um cotidiano longe dos bancos escolares. A escola mudou esse país, seus cenários, suas histórias de vida. Sobretudo da LDB (BRASIL, 1996) para cá, com o esforço de universalização do acesso ao ensino fundamental. A universalização do ensino médio acontece depois, e tudo indicava que ocorreria na década de 2020⁵, mas conseguir que os jovens de 15 a 17 anos estejam no ensino médio, e não atrasados cursando o ensino fundamental, ainda segue um desafio.

A passagem do ensino fundamental para o ensino médio é o período de maior abandono escolar no Brasil (IBGE, 2019). Esses dados também se aplicam no estado do Rio de Janeiro. Na etapa ensino médio, a evasão é maior logo no primeiro ano (INEP, 2020b), o que mostra que tanto a passagem da etapa anterior ao ensino médio quanto a chegada dos jovens nessa etapa merecem maior atenção e podem melhorar.

O estado do Rio de Janeiro contou, em 2020, com 11.400 escolas de educação básica. Desse total, as redes municipais são responsáveis por 46,2% das escolas, a rede privada, por 42,0%, a rede estadual, por 11,3%, e a rede federal, por 0,5%. As etapas de ensino com maior número de escolas são a pré-escola e os anos iniciais do ensino fundamental, em maior parte oferecidas pelos municípios, com 6.541 e 6.491 escolas, respectivamente (INEP, 2020b).

O ensino médio, por outro lado, é ofertado por 2.315 escolas (20,3% do total), sendo 1.189 escolas públicas e 1.126 escolas privadas. Quanto à distribuição das escolas por dependência administrativa, percebe-se que a rede privada e a rede pública possuem aproximadamente o mesmo número de escolas⁶. Das escolas de ensino médio, 48,6% são da rede privada, seguidas pela rede estadual, com 48,4% das escolas, pela rede federal, com 2% das escolas, e pelas redes municipais, com 0,9% das escolas. Chama a atenção que mesmo

⁵ A epidemia da covid-19 pode atrapalhar essa meta de universalização no acesso. Mesmo sem os números em mãos, sabemos que a evasão nessa etapa possivelmente aumentou muito.

⁶ No estado do Rio de Janeiro, o total de matrículas está dividido em quatro distintas dependências administrativas: estadual, privada, federal e municipal (INEP, 2020b).

ofertando bem menos vagas nesta etapa, a rede privada possui mais escolas que a rede pública. De 2016 a 2020, o número de escolas privadas ofertando o ensino médio subiu de 1.055 para 1.126 (INEP, 2020b).

A rede estadual do Rio de Janeiro contou com um total de 44.347 professores que atuaram no ensino médio em 2020 (INEP, 2020b). Desse total, 97,2% têm nível superior completo, sendo 92,3% em grau acadêmico de licenciatura e 4,9% de bacharelado (INEP, 2020b). Na média nacional, incluídas as redes públicas e privadas, 97,1% têm nível superior completo, sendo 89,6% com a licenciatura e 7,4% com o bacharelado (INEP, 2020a)⁷. Ou seja, esses dados mostram que a rede pública estadual do Rio de Janeiro está de acordo com a média nacional e inclusive com melhor formação adequada em termos de licenciatura. A rede pode melhorar avançando na contratação de professores licenciados em relação a bacharéis.

Importante aqui dizer que a nota do IDEB atribuída ao ensino médio público do estado do Rio de Janeiro oscilou entre 2009 e 2019, bem como sua posição na lista dos estados melhor e pior posicionados⁸. O estado do Rio de Janeiro conseguiu superar a média nacional em 2015 vindo de um movimento ascendente, como mostram as tabelas 11, 12, e 13, porém esse bom resultado não se sustentou.

Segundo Souza (2021, p.10), a rede pública estadual do Rio de Janeiro diminuiu sua oferta de vagas em todas as modalidades da educação básica entre 2009 e 2020 de 1.189.781 para 670.950. Uma variação de mais de 500 mil vagas, sem que houvesse uma queda na arrecadação pelo Fundeb. Segundo Souza (2021), o valor arrecadado continuou crescendo mesmo com a diminuição da oferta de vagas. Para o mesmo período, Davies e Alcântara (2019) apontam que a oferta privada de vagas cresceu bastante em todo o estado, indicando, segundo os autores, a cumplicidade do governo estadual com a expansão privada. Como já relatado no início deste texto, a rede privada no estado do Rio de Janeiro possui uma presença superior à média nacional.

A melhora no fluxo escolar no estado do Rio de Janeiro nos anos 2013 e 2015, conforme Tabela 13 abaixo, possui relação com a grande diminuição da oferta de vagas da

7 Não conseguimos os dados nacionais apenas para as redes públicas estaduais e precisamos colocar os dados da média nacional indiferenciando as redes públicas e privadas.

8 O Ideb é calculado a partir de dois componentes: o fluxo (aprovação) e o aprendizado (via médias de desempenho nos exames aplicados pelo Inep). O fluxo escolar varia entre 0 e 1. Se o valor do fluxo é de 0,80, por exemplo, significa que a cada 100 alunos, somente 80 não foram aprovados. A nota de aprendizado varia entre 0 e 10 e é uma média das notas de Língua Portuguesa e de Matemática dos exames considerados. Os índices de aprovação são obtidos a partir do Censo Escolar, realizado anualmente. As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil, para escolas e municípios, e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb), para os estados e o País, realizados a cada dois anos. As metas estabelecidas pelo Ideb são diferenciadas para cada escola e rede de ensino, com o objetivo único de alcançar 6 pontos até 2022, média correspondente ao sistema educacional dos países desenvolvidos. (INEP, 2021)

rede estadual. Segundo Souza (2021) é frágil defender que a melhora no IDEB, que não se sustentou, se deu por conta de boa gestão da Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro no período:

Estrategicamente, os gestores estaduais da educação optaram por diminuir as matrículas, sobretudo porque a medida vai ao encontro das políticas ultraliberais para as áreas sociais, pois, ao mesmo tempo que diminui a responsabilidade do Estado no direito à educação, enseja o crescimento do setor privado nessa área social. Outro elemento que, provavelmente, determinou a opção por reduzir as matrículas na educação básica tem relação com as avaliações em larga escala. À medida que diminui o universo de alunos que participam dos exames, há mais recursos para aplicar em uma rede encolhida e com isso conquistar maiores notas. Essa política teve resultados positivos nas avaliações do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) de 2011, 2013 e 2015. (SOUZA, 2021, p.11)

Tabela 9 — Posição do estado no Rio de Janeiro no IDEB nacional e notas do IDEB ERJ e Brasil de 2009 a 2019

Ano	Posição ERJ	Nota IDEB ERJ	Nota IDEB Brasil
2009	26º	2,8	3,4
2011	15º	3,2	3,4
2013	3º	3,6	3,4
2015	5º	3,6	3,5
2017	15º	3,3	3,5
2019	20º	3,5	3,9

Fonte: INEP (2020a).

Tabela 10 — IDEB ERJ e metas do IDEB ERJ de 2009 a 2019

Ano	Nota IDEB ERJ	Meta IDEB ERJ
2009	2,8	2,9
2011	3,2	3,1
2013	3,6	3,3
2015	3,6	3,7
2017	3,3	4,1
2019	3,5	4,4

Fonte: INEP (2020a).



Tabela 11 — Notas do IDEB ERJ de 2009 a 2019 contendo os índices de fluxo escolar e de aprendizado

Ano	Nota IDEB ERJ	Fluxo Escolar	Aprendizado
2009	2,8	0,68	4,11
2011	3,2	0,73	4,37
2013	3,6	0,82	4,46
2015	3,6	0,84	4,35
2017	3,3	0,79	4,17
2019	3,5	0,79	4,44

Fonte: INEP (2020a).

PROFESSORES DE SOCIOLOGIA NA REDE PÚBLICA ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO

A área de sociologia é uma das que lidera a inadequação entre o exercício profissional e a área de formação do professor. Os motivos são complexos e merecem ser melhor investigados. É possível dizer que a intermitência da presença das disciplinas filosofia e sociologia no ensino médio bem como seu retorno recente à etapa podem explicar por que essas duas disciplinas possuem problemas de inadequação tanto em âmbito local quanto nacional⁹. O Censo Escolar 2020 (INEP, 2020a) apresenta que 36,3% dos professores lecionando sociologia no país possuem formação em licenciatura na área. Esses números já foram piores. O Programa Nacional de Formação de Professores (BRASIL, 2017) traz o dado de que apenas 18% dos profissionais à frente de turmas no ensino médio de sociologia possuem formação em licenciatura em Ciências Sociais/sociologia, a formação adequada. É um cenário desolador. No estado do Rio de Janeiro há falta de professores em todas as disciplinas da rede estadual¹⁰. A sociologia não é a única a ter esse problema, mas, em 2020, é a disciplina que esteve em pior condição nacional, o que significa que profissionais das mais

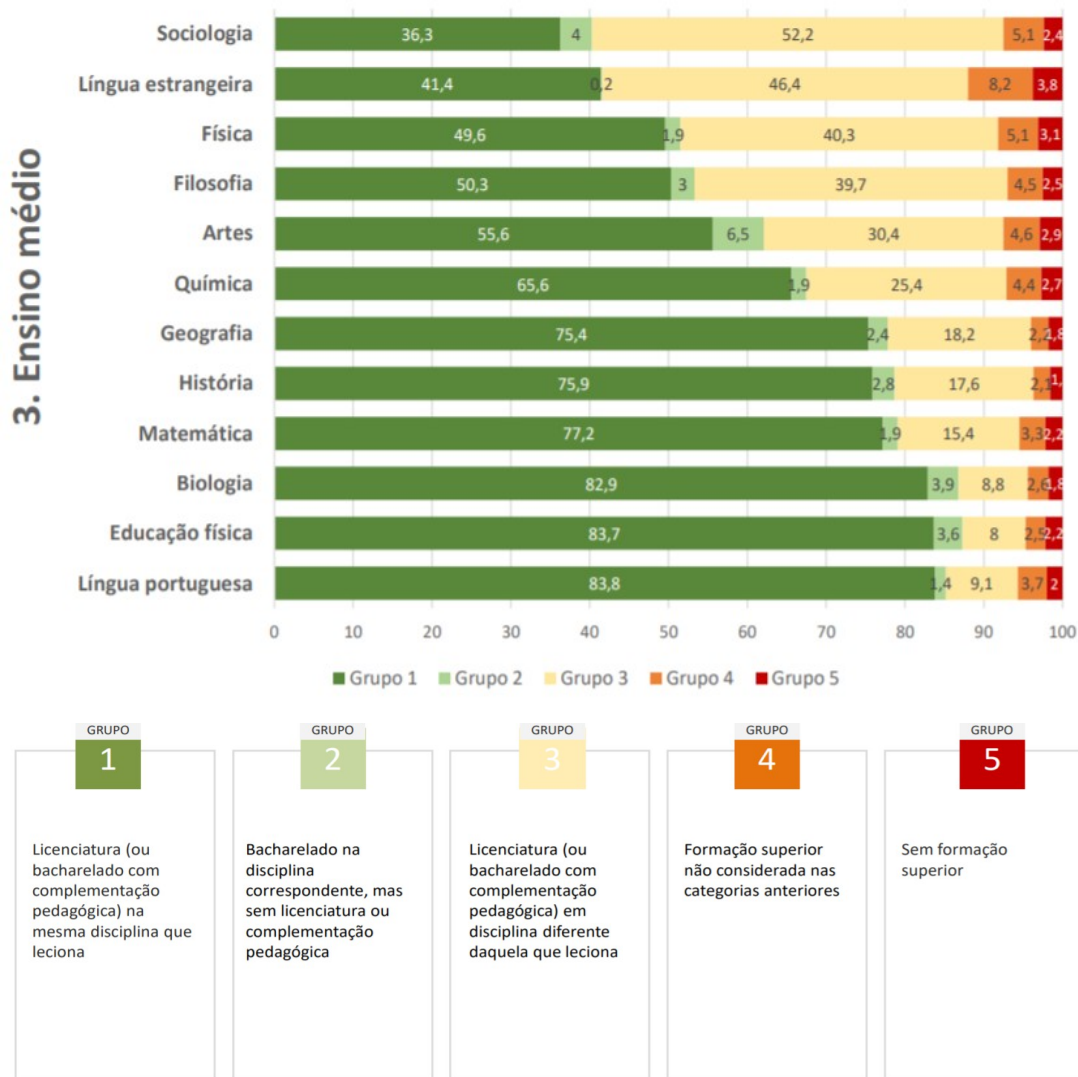
⁹ Incluímos a filosofia nesta análise em específico porque ela ajuda a confirmar a hipótese apresentada sobre a sociologia. Nacionalmente, a filosofia conta com 50,3% de adequação entre exercício profissional e área de formação do professor, enquanto localmente ela conta com 47,5%. No estado do Rio de Janeiro, a filosofia lidera a inadequação, enquanto nacionalmente ela ocupa a 4ª posição, atrás de sociologia, língua estrangeira e física.

¹⁰ A SEEDUC-RJ possui um sistema de Gratificação por Lotação Prioritária (GLP). Em resumo, os docentes são remunerados para pegar maior carga horária do que a estabelecida em concurso público para a vaga. Se formos observar em quais lugares são oferecidas essas horas aula nas quais não há professores concursados disponíveis, a maior parte está fora das áreas mais privilegiadas dos centros urbanos. Sobre o sistema GLP da SEEDUC-RJ, conferir mais em: <https://www.seeduc.rj.gov.br/professor/glp>.



diversas áreas, inclusive sem licenciatura, lecionam sociologia. A situação no estado do Rio de Janeiro (48,5%) está melhor do que a média nacional (36,3%) em relação à formação específica em licenciatura em Ciências Sociais, conforme demonstram os gráficos 01 e 02:

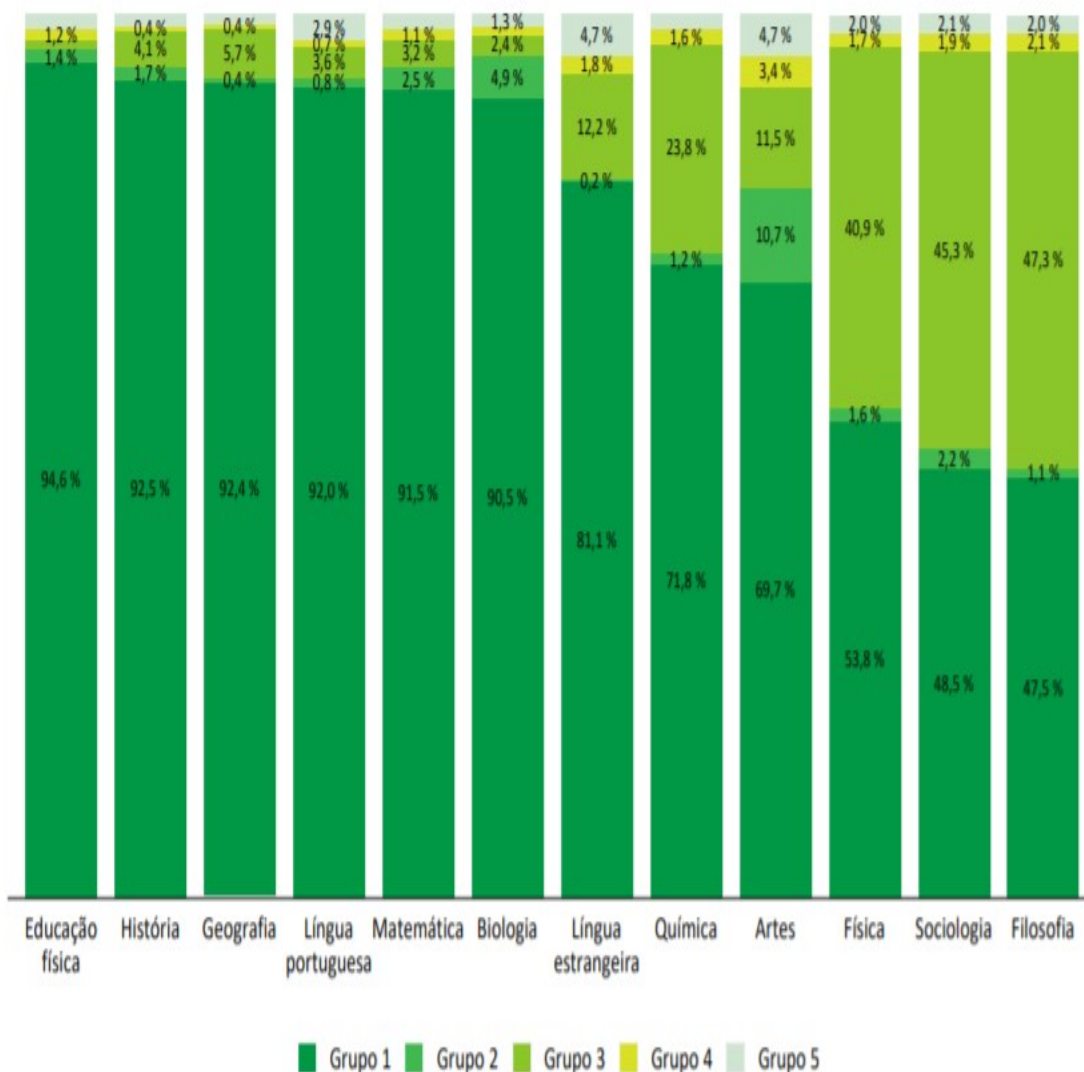
Gráfico 01 — Indicador de adequação da formação docente para o ensino médio (Brasil, 2020)



Fonte: INEP (2020a).



Gráfico 02 — Indicador de adequação da formação docentes para o ensino médio (Rio de Janeiro, 2020)



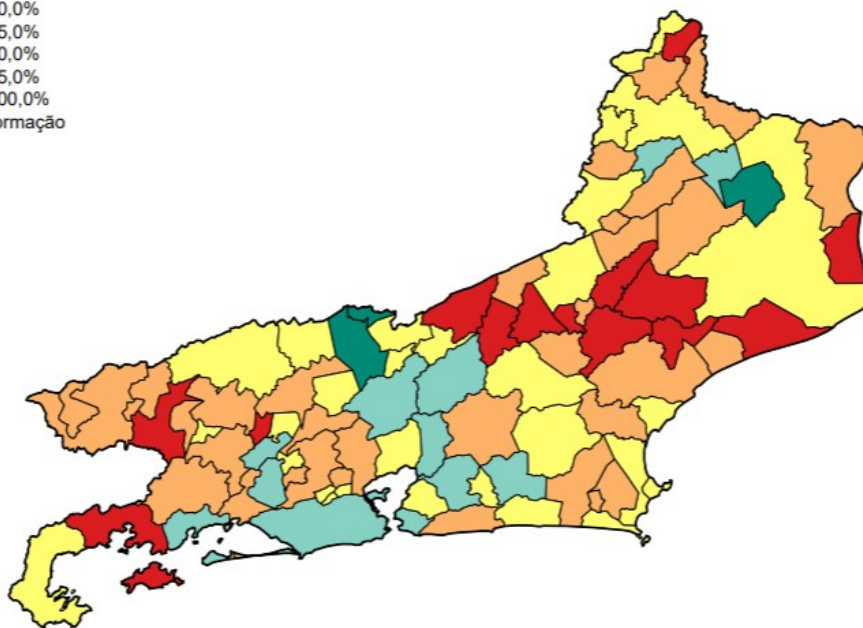
Fonte: INEP (2020b).

O mapa a seguir (Gráfico 03) mostra que oferta disciplinar com a formação adequada é ainda bastante desigual dentro do estado do Rio de Janeiro. Se observarmos o mapa, poderemos ver que alguns municípios da região metropolitana do estado do Rio de Janeiro estão em melhor situação, porém há espaço para melhorias.



Gráfico 03 — Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com a formação superior de licenciatura (ou equivalente) na mesma área da disciplina, no ensino médio, por município (estado do Rio de Janeiro, 2020)

- 55,0 a 70,0%
- 70,1 a 75,0%
- 75,1 a 80,0%
- 80,1 a 85,0%
- 85,1 a 100,0%
- Sem informação



Fonte: INEP (2020b).

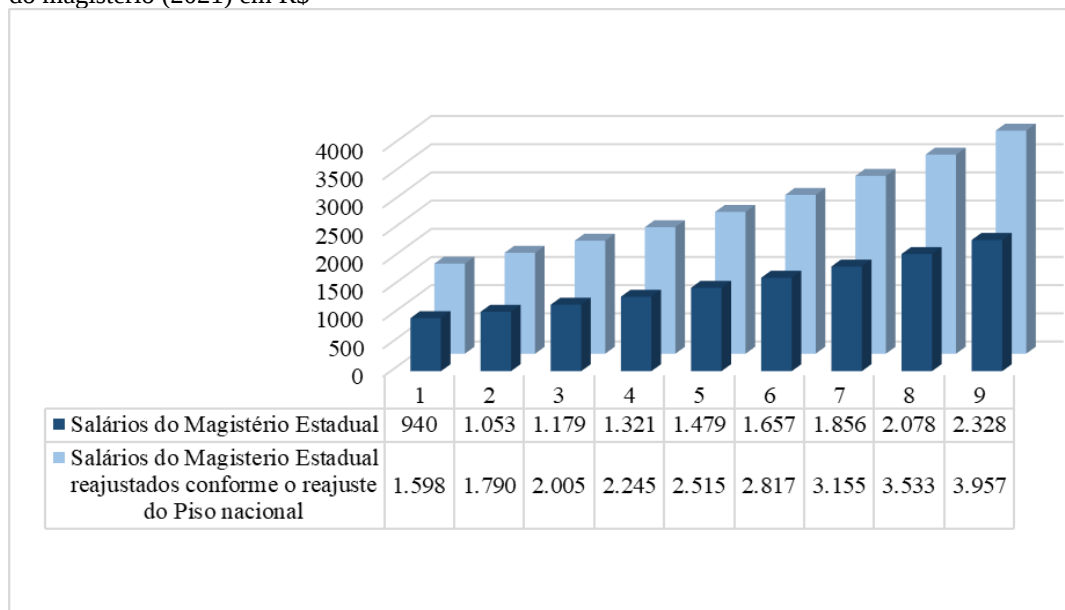
Ao analisar a realidade pedagógica e a estrutura profissional dos docentes de sociologia em escolas públicas do ensino médio no estado do Rio de Janeiro, Bukowitz (2016) esclarece que, entre os professores, sobressai a percepção de que o salário é baixo *vis-à-vis* a elevada e exaustiva rotina de trabalho. O resultado é que a formação continuada desses profissionais fica comprometida enquanto a qualidade do ensino decai.

Outro problema decorrente do baixo investimento na área é o alto índice de adoecimento dos docentes. Segundo Schwartzman (2011), com 8 mil profissionais afastados das salas de aula por motivos de saúde na época, a Secretaria Estadual de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ) decidiu contratar uma empresa privada para rever as licenças médicas concedidas. O que nos faz pensar: por que os professores da rede estadual adoecem tanto? Mara (2021) chama a atenção para dados alarmantes sobre o congelamento salarial que atinge esses profissionais desde 2014, recebendo salários que se aproximam do valor mínimo e sem perspectivas de reajuste. Situação que revela uma desvalorização da carreira docente e que se repete ao longo do território nacional. Dados do DIEESE (2021b, p. 2) apontam: “Assim, em 31 de março de 2021, os salários mantêm apenas 69,47% do poder aquisitivo de 1º de julho de 2014, segundo o INPC-IBGE.”

O atual piso nacional do magistério, pensado para uma carga horária de 40 horas semanais, foi definido, em 2021, para o valor de R\$ 2.886,24 (BRASIL, 2021). Os

professores do estado do Rio de Janeiro são contratados via concurso público ou contrato temporário para jornadas de 16 horas, 22 horas ou 30 horas (RIO DE JANEIRO, 2021). O DIEESE, para efeito de comparação, fez uma simulação de como estaria o salário dos professores 16 horas, no qual encontra-se a maioria da categoria considerando o período de 2014 a 2021, caso o reajuste de 70% do Piso Nacional do Magistério (BRASIL, 2021) tivesse sido aplicado aos salários dos docentes da rede estadual¹¹; teríamos os seguintes resultados:

Gráfico 04 — Salários docente I, 16 h (níveis 1 a 9), e simulação de valores conforme o reajuste do piso nacional do magistério (2021) em R\$



Fonte: DIEESE (2021a).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pouco mais de 600 mil jovens estiveram cursando o ensino médio no ano de 2020 em uma das três séries no estado do Rio de Janeiro (INEP, 2020b). A rede pública estadual de ensino médio do Rio de Janeiro atende 76,5% desse público em quatro modalidades, com destaque para o ensino regular (INEP, 2020b). A rede pública estadual do Rio de Janeiro conta com particularidades e apresenta índices que podem melhorar para acompanhar a média nacional. Embora a rede pública estadual ofereça a grande maioria das vagas em termos de nível médio, o número de escolas entre esta rede e a rede privada é muito aproximado. Para o período entre 2009 e 2019, a distorção idade-série e também a taxa de reprovação no estado foram maiores que a média nacional em todos os anos. No mesmo período, tanto os índices de

¹¹ A comparação levou em conta apenas o percentual de aumento, e não o fato do piso nacional ser para 40h, e a maior parte da categoria dos professores da SEEDUC-RJ estarem em 16h. Outro dado importante a dizer sobre o gráfico é que a maior parte da categoria, ao ingressar, entra no nível 3. Este é tido como o salário real inicial.

evasão quanto os de desempenho no IDEB da rede pública estadual de ensino médio oscilaram em relação à média nacional. No entanto, cabe dizer que as melhorias relativas tanto em termos de IDEB quanto de evasão não se sustentaram. A taxa de evasão local em 2019 está melhor do que esteve em 2010, no início da década passada, porém, ainda assim, a média local (7,3%) está acima da média nacional (5,5%) para o último ano analisado. A rede pública estadual do Rio de Janeiro, segundo os dados levantados e a análise realizada, possui bastante espaço para possíveis melhorias futuras e para uma maior aproximação da média nacional em índices como taxa de evasão, taxa de reprovação, distorção idade-série e no IDEB.

A análise preliminar da presença da sociologia na rede pública do estado do Rio de Janeiro, no período considerado, buscou, principalmente, apontar alguns desafios, de natureza mais estrutural, que precisam ser enfrentados. Nacionalmente, a sociologia lidera a inadequação entre quem se forma e quem leciona na mesma área. No estado do Rio de Janeiro, a situação é melhor, chegando a quase metade dos professores com formação adequada. No entanto, cabe afirmar que há espaços para melhorias. Futuros concursos públicos da rede, caso abram vagas para professores de sociologia, podem ajudar a mudar esse quadro. Dentro do estado do Rio de Janeiro, a região metropolitana, no geral, possui maior adequação em termos de formação adequada do que o interior do estado. A rede pública estadual do Rio de Janeiro possui índices de professores com licenciatura semelhante aos índices nacionais, com mais de 90% dos professores licenciados — um bom índice.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 9.394/1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 31 mar. 2021.

BRASIL. **Emenda Constitucional (EC) n. 59/2009.** A emenda determina a ampliação da obrigatoriedade do ensino a todas as etapas da educação básica até 2016. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 18 nov. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Formação de Professores.** Brasília, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=74041-formacao-professor-final-18-10-17-pdf&category_slug=outubro-

[2017-pdf & Itemid=30192](#). Acesso em: 21 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Piso Salarial de Professores da Educação Básica 2021**. Brasília, 2021. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/piso-salarial#:~:text=O%20piso%20salarial%20do%20magist%C3%A9rio,16%20de%20julho%20de%202008>. Acesso em: 2 jul. 2021.

BUKOWITZ, T. Mistificação do real ou totalidade concreta: o que dizem os dados sobre a prática pedagógica de docentes da sociologia da escola básica? **Inter-Legere: Revista de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN**, Natal, RN, n. 19, p.132-149, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/interlegere/article/view/11784>. Acesso em: 18 nov. 2021.

BURGOS, M. (Coord.). **A escola e o mundo do aluno**: estudos sobre a construção social do aluno e o papel institucional da escola. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2014.

DAVIES, N.; ALCÂNTARA, A.B. Descompasso na educação básica no Estado do Rio de Janeiro: receitas dos governos crescem, porém matrículas públicas caem. **Revista Educação e Cultura Contemporânea**, volume 16, número 45, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/reeduc/article/view/6609>. Acesso em 27.fev.2022.

DIEESE. Salários iniciais da carreira do magistério da rede estadual do Rio de Janeiro e piso nacional do magistério. **SEPE-RJ**, fev. 2021a. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/05/SALARIOS-DO-MAGISTERIO-DA-REDE-ESTADUAL-E-PISO-NACIONAL-DO-MAGISTERIO-2021.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

DIEESE. Evolução Salarial. Categoria: Profissionais da Educação da rede estadual do Rio de Janeiro SEPE-RJ. **SEPE-RJ**, maio 2021b. Disponível em: <https://www.seperj.org.br/wp-content/uploads/2021/05/2021-05-24-Perdas-jul-14-a-mar-21.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2021.

GHANEM, E. Participação e regime de colaboração entre unidades federadas na educação brasileira *In*: OLIVEIRA, R. P.; SANTANA, W. (orgs.). **Educação e federalismo no Brasil**: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010. p 191-213.

GOUVEIA, F. P. S. A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no território brasileiro: entre o local e o nacional. **Espaço e Economia — Revista Brasileira de Geografia Econômica**, ano V, n. 9, 2016. Disponível em: <https://journals.openedition.org/espacoeconomia/2434>. Acesso em: 18 dez. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Síntese de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv45700.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa**

Nacional de Amostra de Domicílio Contínua (PNAD Contínua). Rio de Janeiro, 2019.

Disponível em:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html>. Acesso em: 26 jul. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Diretoria de Estatísticas Educacionais (DEED). Censo da Educação Básica 2020. **Resumo Técnico — Brasil**. Brasília, 2020a. Disponível em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_censo_escolar_2020.pdf. Acesso em: 21 out. 2021.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Resumo Técnico do Estado do Rio de Janeiro**. Brasília, 2020b.

Disponível

em:

https://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/estatisticas_e_indicadores/resumo_tecnico_do_estado_do_rio_de_janeiro_censo_da_educacao_basica_2020.pdf. Acesso

em: 21 out. 2021.

MARA, P. Vencimento-base dos professores estaduais do RJ será quase salário mínimo.

Revista Fórum, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/debates/vencimento-base-dos-professores-estaduais-do-rj-sera-quase-salario-minimo-por-pedro-mara>. Acesso em:

28 mar. 2021.

OBSERVATÓRIO DO PNE (OPNE). Meta 03 — Ensino Médio. **OPNE**, 2020. Disponível

em: <https://www.observatoriodopne.org.br/meta/ensino-medio>. Acesso em: 31 mar. 2021.

RIO DE JANEIRO. **Gratificação por Lotação Prioritária (GLP)**. Disponível em:

<https://www.seeduc.rj.gov.br/professor/glp>. Acesso em: 21 out. 2021.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ).

Concursos e Contratação Temporária de Docentes. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em:

<https://www.seeduc.rj.gov.br>. Acesso em: 17 out. 2021.

SCHWARTZMAN, S. Melhorar a educação no Rio de Janeiro: um longo caminho. *In*:

URANI, A.; GIAMBIAGI, F. **Rio** — A hora da virada. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. p. 227-241. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/virada.pdf>. Acesso em: 22 nov.

2021.

SOUZA, F. A. Os efeitos do Fundeb na rede estadual do Rio de Janeiro (2007-2020).

Fineduca, v. 11, n. 12, 2021. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/fineduca/article/view/103667>. Acesso em: 3 maio 2021.

8^o ENASEB

QEDU. **Dados do Censo Escolar**. Acesso em: <https://novo.qedu.org.br/>. Acesso em: 18 dez. 2021.

